

Giro nos Tribunais Estaduais



Assunto: Legalidade da cobrança expressa de capitalização mensal de juros nas cédulas de crédito bancário (Súmula 93, STJ).

EMBARGOS À EXECUÇÃO - CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO - SENTENÇA QUE RECONHECEU A LEGALIDADE DA CAPITALIZAÇÃO DE JUROS, A INAPLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, A VALIDADE DO TÍTULO EXECUTADO E AFASTOU A POSTULADA DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA - APELAÇÃO MANEJADA PELO EMBARGANTE - CAPITALIZAÇÃO DE JUROS EXPRESSAMENTE PACTUADA - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA VULNERABILIDADE DO APELANTE OU VEROSSIMILHANÇA DE SUAS ALEGAÇÕES - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE ABUSIVIDADE NOS ENCARGOS DE NORMALIDADE - TÍTULO CERTO, LÍQUIDO E EXIGÍVEL - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. Apelação desprovida.

(TJPR - 15ª C.Cível - 0006931-37.2013.8.16.0165 - Telêmaco Borba - Rel.: Juíza Subst. 2º Grau Elizabeth M. F. Rocha - J. 16.05.2018, Publicado em 17/05/2018)

Assunto: Não cabimento de ação de prestação de contas para revisão de contrato.

Prestação de contas. Segunda fase. Contrato bancário. Conta corrente. Juros. Capitalização. Tarifas. Recurso Especial representativo de controvérsia n. 1.497.831-PR julgado pelo rito do art. 543-C do CPC/1973. Aplicação. Da mesma forma que a ação de prestação de contas não constitui instrumento processual adequado à revisão de contrato de mútuo, também seu rito especial não se presta para a revisão de taxas de juros, sua forma de cobrança e demais encargos de empréstimos obtidos meio de abertura de limite de crédito em conta corrente. Assim, a sentença, na segunda fase da ação de prestação de contas, deve se limitar a analisar se as contas foram prestadas de forma adequada e fazer a verificação da compatibilidade das contas apresentadas entre os créditos, os débitos e o posterior saldo, sem promover a alteração de encargos contratuais praticados na movimentação da conta. Apelação conhecida e não provida.

(TJPR - 15ª C.Cível - 0003849-63.2011.8.16.0069 - Cianorte - Rel.: Hamilton Mussi Correa - J. 16.05.2018, Publicado em 17/05/2018)

Assunto: Necessidade da apresentação de memória de cálculo, com o valor que se entende correto, em ação de embargos fundados em excesso de execução.

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO (INVESTIMENTO AGRÍCOLA). 1. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. PRETENSÃO DEFERIDA EM PRIMEIRO GRAU. 2. PETIÇÃO INICIAL QUE NÃO INDICA O VALOR QUE ENTENDE CORRETO NOS

TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 739, § 3º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE EXTINÇÃO, PREVISTA NO §4º DO MENCIONADO DISPOSITIVO. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. SENTENÇA MANTIDA. Apelação cível parcialmente conhecida e na parte conhecida, não provida.

(TJPR - 15ª C.Cível - 0022447-72.2017.8.16.0031 - Guarapuava - Rel.: Jucimar Novochadlo - J. 16.05.2018, Publicado em 17/05/2018)

Assunto: Não cabimento de ação de exigir contas sobre movimentação financeira do correntista, quando o pedido não aponte de forma clara as irregularidades supostamente havidas em desconformidade com o contrato.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE EXIGIR CONTAS COM PEDIDO DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS PARA EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. PLEITOS INCOMPATÍVEIS. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. SENTENÇA REFORMADA PARA EXTINGUIR O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. INDEFERIMENTO DA INICIAL PELA INÉPCIA. A despeito de ser cabível a ação de exigir contas relativamente à movimentação financeira do correntista, é indispensável que o pedido venha especificado de forma clara com apontamento das irregularidades supostamente havidas em desconformidade com o contrato (art. 550, §1º, do CPC), sob pena de inviabilizar a via especial escolhida. RECURSO PROVIDO.

(TJPR - 15ª C.Cível - 0015086-32.2016.8.16.0033 - Pinhais - Rel.: Hayton Lee Swain Filho - J. 16.05.2018, Publicado em 17/05/2018)

Assunto: Legalidade da cobrança expressa de capitalização mensal de juros nas cédulas de crédito bancário, desde que expressamente pactuada.

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. PONTO NÃO CONHECIDO. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 28, §2º, INC. I DA LEI 10.931/2004. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE EXECUÇÃO EM RAZÃO DA CAPITALIZAÇÃO MENSAL E DOS JUROS REMUNERATÓRIOS. NÃO ACOLHIMENTO. LIQUIDEZ E EXIGIBILIDADE DO TÍTULO. DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. LIMITAÇÃO DOS JUROS MORATÓRIOS EM 1% AO ANO. IMPOSSIBILIDADE. IMPROCEDÊNCIA DOS EMBARGOS. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO. SUCUMBÊNCIA. RECURSO CONHECIDO EM PARTE E NÃO PROVIDO.

(TJPR - 15ª C.Cível - 0008682-84.2016.8.16.0058 - Campo Mourão - Rel.: Hayton Lee Swain Filho - J. 16.05.2018, Publicado em 17/05/2018)

Assunto: Suspensão da execução por ausência de bens penhoráveis constitui fator impeditivo à fruição da prescrição intercorrente.

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA CONVERTIDA EM DEMANDA EXECUTIVA. SENTENÇA QUE RECONHECEU A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE E EXTINGUIU O FEITO, COM FUNDAMENTO NO ART.

924, V, DO CPC. ALEGADA AUSÊNCIA DE DESÍDIA E INOCORRÊNCIA DE DESCUMPRIMENTO DE COMANDO JUDICIAL. TESE ACOLHIDA. ARQUIVAMENTO ADMINISTRATIVO DO FEITO EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DE BENS DO DEVEDOR PASSÍVEIS DE PENHORA. DESÍDIA NÃO CONFIGURADA. SENTENÇA CASSADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Consoante a jurisprudência desta Corte, não flui o prazo da prescrição intercorrente no período em que o processo de execução fica suspenso por ausência de bens penhoráveis. Ademais, a prescrição intercorrente pressupõe desídia do credor que, intimado a diligenciar, se mantém inerte. 2. No caso concreto, não poderia ser decretada a prescrição intercorrente sem prévia intimação do credor. (AgInt no REsp 1588412/SC, Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, DJe: 26.4.2018)

(TJSC, Apelação Cível n. 0001021-34.2003.8.24.0043, de Mondai, rel. Des. Sérgio Izidoro Heil, Quarta Câmara de Direito Comercial, j. 15-05-2018)

Assunto: Legalidade de cláusula contratual que estabelece a alienação fiduciária de imóvel como garantia do pagamento de dívida e da situação do bem dado em garantia no contrato de mútuo bancário.

APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. RECURSO DE AMBAS AS PARTES. INSURGÊNCIA DA RÉ. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. ENCARGO PROVENIENTE DA MORA. VERBA QUE ENGLOBA OS JUROS REMUNERATÓRIOS E MORATÓRIOS (JUROS DE MORA E MULTA CONTRATUAL). IMPOSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO COM OS DEMAIS ENCARGOS DE MORA. BIS IN IDEM. RECURSO ESPECIAL N. 1.092.428/RS. CLÁUSULA EXPRESSA. POSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA. QUANTUM LIMITADO PELO SOMATÓRIA DOS JUROS REMUNERATÓRIOS, CONFORME A TAXA MÉDIA DE MERCADO, DA CORREÇÃO MONETÁRIA, DOS JUROS DE MORA DE 12% AO ANO E DA MULTA DE 2%. "É admitida a incidência de comissão de permanência desde que pactuada e não cumulada com juros remuneratórios, juros moratórios, correção monetária e/ou multa contratual". (Recurso Especial n. 1.092.428/RS) NÃO APLICAÇÃO DA IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA. SITUAÇÃO QUE, DE FATO, TRATA DE ALIENAÇÃO EXTRAJUDICIAL, E NÃO DE PENHORA. GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BEM IMÓVEL EM CONTRATO DE MÚTUO. CABIMENTO. LEGALIDADE DA MEDIDA PARA OBRIGAÇÕES EM GERAL. DESNECESSIDADE DE VINCULAÇÃO AO SISTEMA FINANCEIRO IMOBILIÁRIO, BEM COMO POSSIBILIDADE DE SER PRESTADO POR TERCEIRO. INCIDÊNCIA DO ARTIGO 22, § 1º, DA LEI N. 9.514/1997 E DO ARTIGO 51 DA LEI N. 10.931/2004. PRECEDENTES DO STJ E DESTE TRIBUNAL. SENTENÇA REFORMADA. ÔNUS SUCUMBENCIAIS REDISTRIBUÍDOS. INSURGÊNCIA DOS AUTORES. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PEDIDO PREJUDICADO. RECURSO DA RÉ CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSO DOS AUTORES PREJUDICADO.

(TJSC, Apelação Cível n. 0001897-59.2013.8.24.0068, de Seara, rel. Des. Guilherme Nunes Born, Câmara Especial Regional de Chapecó, j. 14-05-2018)

Assunto: Legalidade de cláusula contratual que estabelece a alienação fiduciária de imóvel como garantia do pagamento de dívida e da situação do bem dado em garantia no contrato de mútuo bancário.

APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO CAUTELAR INOMINADA. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BEM IMÓVEL. PRETENDIDA SUSPENSÃO DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL. ARGUIDA IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. RECURSO DE AMBAS AS PARTES. INSURGÊNCIA DA RÉ. NÃO APLICAÇÃO DA IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA. SITUAÇÃO QUE, DE FATO, TRATA DE ALIENAÇÃO EXTRAJUDICIAL, E NÃO DE PENHORA. GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BEM IMÓVEL EM CONTRATO DE MÚTUO. CABIMENTO. LEGALIDADE DA MEDIDA PARA OBRIGAÇÕES EM GERAL. DESNECESSIDADE DE VINCULAÇÃO AO SISTEMA FINANCEIRO IMOBILIÁRIO, BEM COMO POSSIBILIDADE DE SER PRESTADO POR TERCEIRO. INCIDÊNCIA DO ARTIGO 22, § 1º, DA LEI N. 9.514/1997 E DO ARTIGO 51 DA LEI N. 10.931/2004. PRECEDENTES DO STJ E DESTE TRIBUNAL. HIPÓTESE EM QUE, DIANTE AO INADIMPLEMENTO CONTRATUAL E DA CONSTITUIÇÃO EM MORA DO DEVEDOR, POSSÍVEL A REALIZAÇÃO DO LEILÃO EXTRAJUDICIAL. SENTENÇA REFORMADA. ÔNUS SUCUMBENCIAIS REDISTRIBUÍDOS. INSURGÊNCIA DOS AUTORES. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PEDIDO PREJUDICADO. RECURSO DA RÉ CONHECIDO E PROVIDO. RECURSO DOS AUTORES PREJUDICADO.

(TJSC, Apelação Cível n. 0001606-59.2013.8.24.0068, de Seara, rel. Des. Guilherme Nunes Born, Câmara Especial Regional de Chapecó, j. 14-05-2018)

Assunto: Possibilidade de capitalização dos juros nos contratos celebrados por instituições financeiras, desde que haja pactuação expressa.

APELAÇÃO CIVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EMPRESTIMO PESSOAL. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. POSSIBILIDADE. PACTUAÇÃO EXPRESSA. APLICAÇÃO DAS ORIENTAÇÕES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, EXTRAÍDAS DO JULGAMENTO DO RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA N. 973.827/RS. DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE ABUSIVIDADE NOS ENCARGOS DA NORMALIDADE CONTRATUAL. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO NO CONTRATO. INCIDÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. COMPENSAÇÃO/REPETIÇÃO. PLEITO PREJUDICADO. SENTENÇA CONFIRMADA. RECURSO DESPROVIDO. UNÂNIME.

(Apelação Cível Nº 70072219702, Décima Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jerson Moacir Gubert, Julgado em 10/05/2018, Publicado em 14/05/2018)

Assunto: Necessidade da apresentação de memória de cálculo, com o valor que se entende correto, em ação de embargos fundados em excesso de execução.

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE EXECUÇÃO, EM RAZÃO DA ABUSIVIDADE NOS ENCARGOS APLICADOS NO TÍTULO EXTRAJUDICIAL. Os embargos à execução que se fundam em excesso devem, desde logo, indicar o valor entendido como correto, com apresentação de memória de cálculo discriminado e atualizado do valor reconhecido como devido. Art. 917, § 3º, do CPC/15. Sentença confirmada. HONORÁRIOS RECURSAIS. Majoração da verba honorária sucumbencial, fulcro nos parágrafos 1º e 11 do artigo 85 do CPC/15. NEGARAM PROVIMENTO AO APELO. UNÂNIME.

(Apelação Cível Nº 70077401834, Décima Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Otávio Augusto de Freitas Barcellos, Julgado em 09/05/2018, Publicado em 14/05/2018)

Assunto: Possibilidade de penhora sobre dinheiro depositado em conta corrente ante a comprovação de não ter natureza de verba salarial.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PENHORA SOBRE DINHEIRO DEPOSITADO EM CONTA CORRENTE. EXCEÇÃO DE IMPENHORABILIDADE. VERBA SALARIAL. AUSÊNCIA DE PROVA. CABIMENTO DA PENHORA. Por força da norma contida no art. 833, IV, do CPC/15, ostentam-se impenhoráveis os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, ressalvado o § 2º, desde que comprovada sua origem hipótese, aqui, não configurada. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.

(Agravo de Instrumento Nº 70076981513, Décima Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Adriana da Silva Ribeiro, Julgado em 09/05/2018, Publicado em 15/05/2018)

Assunto: Caracterização do contrato particular de abertura de crédito com garantia fidejussória como um título executivo extrajudicial quando indica o valor creditado pela instituição financeira, especifica a quantidade de parcelas mensais, dos juros e demais encargos incidentes, além de estar devidamente assinado por duas testemunhas.

APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO. INOCORRENTE. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO. DOCUMENTO HÁBIL. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 233 DO STJ. Prescrição. A pretensão relativa à dívida líquida constante em instrumento particular prescreve em cinco anos, nos termos do inciso I do §5º do art. 206 do CC. Portanto, não há o que se falar em prescrição da dívida, pois o ingresso da demanda executória ocorreu dentro do prazo previsto. Precedentes jurisprudenciais. Título executivo extrajudicial. No caso em comento, o contrato particular de abertura de crédito com garantia fidejussória (fls. 34-36) se caracteriza como um título executivo extrajudicial, visto que indica o valor creditado pela instituição financeira, com a especificação da quantidade de parcelas mensais, dos juros e demais encargos incidentes, além de estar devidamente assinado por duas testemunhas, em conformidade com o artigo 784, II, CPC/15. Inaplicabilidade da Súmula 233 do Superior Tribunal de Justiça. Assim, o documento é hábil a ser executado, sendo a medida que se impõe a manutenção da sentença. Sentença mantida. NEGARAM PROVIMENTO AO APELO. UNÂNIME.

(Apelação Cível Nº 70075188433, Décima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Alexandre Kreutz, Julgado em 02/05/2018, Publicado em 17/05/2018)

Assunto: Necessidade da apresentação de memória de cálculo, com o valor que se entende correto, em ação de embargos fundados em excesso de execução.

APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EXCESSO DE EXECUÇÃO. REQUISITOS. Nos termos do artigo 739-A, §5º, do CPC/1973 (artigo 917, §4º, I, do novo diploma processual), a apreciação do excesso de execução depende da declaração do valor incontroverso, acompanhada da memória de cálculo, sob pena de rejeição liminar dos embargos à execução ou de não conhecimento do fundamento, não havendo necessidade de intimação da parte para que emendasse a petição inicial. Recurso de apelação desprovido, por maioria.

(Apelação Cível Nº 70075914705, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ana Lúcia Carvalho Pinto Vieira Rebout, Redator: Umberto Guaspari Sudbrack, Julgado em 06/04/2018, Publicado em 18/05/2018)

Assunto: Ilegitimidade passiva de cooperativa que figurou apenas como estipulante e intermediadora do seguro.

AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA - PRELIMINAR - ILEGITIMIDADE PASSIVA DO ESTIPULANTE - IMPERTINÊNCIA SUBJETIVA RECONHECIDA DE ACORDO COM A ORIENTAÇÃO FIRMADA PELO STJ - MÉRITO - VERIFICAÇÃO DE AUSÊNCIA DE COBERTURA DO EVENTO ENFRENTADO PELO AUTOR - IMPOSSIBILIDADE DE DECRETO DE EXTENSÃO JUDICIAL - CONTRATAÇÃO FIRMADA DE FORMA LIVRE E CONSOANTE A BOA-FÉ OBJETIVA - SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. Segundo a orientação do STJ, a parte simplesmente estipulante do seguro não desponta como legítima para figurar na sua cobrança. Verificado que o evento enfrentado pelo autor não se mostra coberto pela apólice, desponta impossível o decreto judicial de extensão a outras hipóteses, principalmente se inexistente a verificação de vícios do consentimento ou agressão à boa-fé objetiva. Sentença de improcedência mantida.

(TJMS. Apelação n. 0801337-29.2016.8.12.0031, Caarapó, 1ª Câmara Cível, Relator (a): Des. João Maria Lós, j: 08/05/2018, p: 14/05/2018)

Assunto: Possibilidade de capitalização dos juros nos contratos celebrados por instituições financeiras, desde que haja pactuação expressa.

EMBARGOS DO DEVEDOR. PROVA PERICIAL INDEFERIDA. MATÉRIA DE DIREITO. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO. REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. LISURA.

1- Não há cerceamento de defesa quando o desate da controvérsia cinge o exame de questões exclusivamente de direito. 2- É admitida a capitalização de juros, com periodicidade inferior a um ano, desde que expressamente prevista no contrato celebrado após 30/03/2000. Em se tratando de cédula de crédito bancário há permissivo legal a autorizar a prática do anatocismo (art. 28, § 1º, inciso I, da Lei nº 10.931/2004).

(TJMG - Apelação Cível 1.0472.14.002959-7/001, Relator(a): Des.(a) Cláudia Maia, 14ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 10/05/0018, publicação da súmula em 18/05/2018)

Assunto: Desnecessidade da menção ao negócio jurídico subjacente à emissão da cartula em ação monitória fundada em cheque prescrito.

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA FUNDADA EM CHEQUE. PROVA ORAL TENDENTE À DISCUSSÃO DA ORIGEM DA OBRIGAÇÃO. DESNECESSIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO A QUO. FIXAÇÃO. 1. Compete ao julgador, como destinatário da prova, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito, indeferindo, fundamentadamente, as diligências inúteis ou meramente protelatórias - inteligência do art. 370 do novo CPC/15 (antigo art. 130 do CPC/73). 2. Em ação monitória fundada em cheque prescrito, ajuizada em face do emitente, é dispensável menção ao negócio jurídico subjacente à emissão da cártula. 3. Diante da prescindibilidade da produção probatória para o desfecho seguro da lide, prova dispensada na instância primeira, não há como se acolher a alegação de cerceamento de defesa. 4. Em qualquer ação utilizada pelo portador para cobrança de cheque, a correção monetária incide a partir da data de emissão estampada na cártula, e os juros de mora a contar da primeira apresentação à instituição financeira sacada ou câmara de compensação. Tese consolidada pelo c. STJ pela sistemática dos Recursos Repetitivos.

(TJMG - Apelação Cível 1.0479.13.006338-7/001, Relator(a): Des.(a) Otávio Portes , 16ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 09/05/2018, publicação da súmula em 18/05/2018)

Assunto: Legalidade do pedido de pesquisa de bens de devedor junto ao sistema Infojud, Bacenjud e Renajud a fim de viabilizar os atos de execução para satisfação da obrigação.

EXECUÇÃO - Pedido de pesquisa junto ao Sistema InfoJud, BacenJud, RenaJud - Indeferimento - Descabimento - Pesquisa que se faz necessária para verificação de existência de bens em nome do executado visando a satisfação da obrigação - Decisão reformada - Recurso parcialmente provido.

(TJSP; Agravo de Instrumento 2057993-40.2018.8.26.0000; Relator (a): Heraldo de Oliveira; Órgão Julgador: 13ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 16ª Vara Cível; Data do Julgamento: 17/05/2018; Data de Registro: 17/05/2018)

Assunto: Improcedência da alegação de impenhorabilidade do bem de família por devedor que não utiliza o imóvel como sua residência.

PENHORA. Bem de família. Imóvel. Construção que recaiu sobre partes ideais pertencentes aos executados, em imóvel no qual não reside o agravante. Ausência de legitimidade para postular direito alheio em nome próprio. Inteligência do artigo 18 do CPC. Impenhorabilidade não reconhecida. Decisão mantida. RECURSO NÃO PROVIDO.

(TJSP; Agravo de Instrumento 2016072-04.2018.8.26.0000; Relator (a): Fernando Sastre Redondo; Órgão Julgador: 38ª Câmara de Direito Privado; Foro de Ribeirão Preto - 4ª Vara Cível; Data do Julgamento: 16/05/2018; Data de Registro: 17/05/2018)